

AS CÂMARAS E O POVO: a crise antilusitana de 1831 no interior da província da Bahia

Sérgio Armando Diniz Guerra Filho*

RESUMO: Este artigo analisa acontecimentos políticos ocorridos em vilas do interior da província da Bahia que tiveram como pano de fundo a crise antilusitana de 1831. Tem como foco a atuação das Câmaras, com destaque para vilas do recôncavo baiano, região de grande importância econômica e política para a Bahia. Esse trabalho busca compreender as tensões e conflitos políticos vividos nestas localidades, percebendo: como os acontecimentos, com forte protagonismo de setores populares, confluíram para as ditas câmaras; como este fluxo revelou as formas de atuação política por parte do povo em geral; e as leituras que as autoridades fizeram dos movimentos de rebeldia durante a crise de 1831.

PALAVRAS-CHAVE: Antilusitanismo, Bahia, Câmaras Municipais, Revoltas Populares.

El Ayuntamiento y el Pueblo: La crisis antilusitana del 1831 en el interior de la provincia de Bahia

RESUMEN: Este artículo analiza acontecimientos políticos pasados en pueblos del interior de la provincia de Bahia que tuvieron como telón de fondo la crisis antilusitana del 1831. Tiene como foco la acción de los consejos, destacándose pueblos del recôncavo baiano, región de gran importancia económica y política para Bahía. Este trabajo busca comprender las tensiones y conflictos políticos vividos en estas localidades percibiendo: como los acontecimientos, con fuerte protagonismo de sectores populares, confluyeran hacia dichos ayuntamientos; como este flujo reveló las formas de acción política por parte del pueblo en general; y las lecturas que las autoridades hicieron de los movimientos rebeldes durante la crisis del 1831.

PALABRAS-CLAVE: Antilusitanismo, Bahia, Consejos Municipales, Revueltas Populares.

The City Council and the People: 1831 Antilusitan crisis on inner Bahia province

ABSTRACT: This paper analyzes political events that happened on countryside towns of the province of Bahia related to the 1831 Antilusitan crisis. It focuses on the action of the City Councils, particularly of towns of the Bahian hinterland, an area of great political and economical importance for Bahia. This work aim to comprehend the political conflicts and tensions that happened on these places, understanding: how the events, with strong popular protagonism, impacted said councils; how did this flux unveil the ways of political action by the general public; and the interpretation the authorities made regarding the rebellious movements during the 1831 crisis.

KEYWORDS: Antilusitanism, Bahia, City Councils, Popular Uprising.

*Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente é Professor Adjunto do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Contato: Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Rua Maestro Irineu Sacramento, S/N, Centro, CEP: 44.300-000, Cachoeira-BA, Brasil. E-mail: sergio.ufrb@gmail.com. ORCID: 0000-0001-8962-8395.

Na noite do dia 17 de abril de 1831, o presidente da Câmara da vila de Santo Amaro, na província da Bahia, adentrava a sala das seções, como era seu costume, mas nada que via era costumeiro. Na verdade, a vila inteira vivia tempos de ruptura com a normalidade. Havia um levante em curso e a Câmara era palco privilegiado dos acontecimentos. Estando num engenho onde fora acompanhar uma missa, o presidente João Lourenço de Ataíde Seixas fora chamado às pressas para retornar a Santo Amaro, dada a situação em que a vila se encontrava. Chegando lá, no meio da tarde, Seixas encontrou a seguinte cena:

as ruas ocupadas da canalha armada misturada com soldados Milicianos arrombando casas, espancando, e prendendo Portugueses; saqueando-lhes as casas e lojas, enfim, um perfeito tumulto em assuada com circunstancias agravantes. Gritavam os soldados que não queriam saber de Leis, nem de Autoridades, e [estas] vozes eram repetidas da negraria, e até escravos. Davam tiros pelas portas das casas, e não respeitavam a ninguém.¹

Não bastasse isso, o próprio prédio da Câmara, representação maior da ordem local, encontrava-se em grande polvorosa. Seixas estranhou que ela estivesse aberta sem que lhe tivessem dado ciência. De uma das janelas do primeiro andar, o edil pôde ver “grande multidão da canalha e soldados”, que realizava saques e arrombamentos de propriedades de portugueses. A situação havia fugido do controle das autoridades civis, mas também das militares: dois oficiais o abordaram, dizendo terem sido desautorizados pela turba quando tentaram recompor o sossego na vila. Na sala principal do prédio, desenrolava-se uma reunião que deixou o presidente desconfortável, tanto pelo tema, quanto pelos protagonistas. Segundo ele, os rebeldes “Formaram seu Conselho tomando assentos nas cadeiras dos camaristas [...]. A sala [estava] ocupada de bacamartes, lanças, seixos, Pistolas, facas de pontas, e armas [...] com que estavam armados os soldados”.²

Decidia-se, ali, o destino de portugueses que haviam sido presos no decorrer do levante. Mesmo com a presença de vereadores, a condução da pauta e suas deliberações ficavam por conta dos rebeldes. Ao final, todos os presentes foram chamados a assinar a ata e o fizeram por vontade própria ou coagidos.

Santo Amaro não foi a única vila a viver dias conturbados naquele abril de 1831. Na província da Bahia, outras vilas e mesmo a capital baiana testemunharam momentos de agitação popular. O mote fora, invariavelmente, a presença de portugueses que, segundo os rebeldes, deviam ser presos e expulsos da província. Assim, em abril de 1831, as câmaras das vilas baianas exerceram um papel central nos episódios de rebeldia antilusitana no interior da província.

O antilusitanismo, mesmo quase uma década após a independência, ainda tinha lugar no cenário político baiano e a chegada das notícias sobre os acontecimentos que dariam fim ao reinado de Dom Pedro I acenderam o pavio da sanha popular que via nos portugueses o principal motivo dos problemas da província. Para as autoridades baianas, a conformação da nação brasileira baseava-se na necessidade de manutenção dos privilégios de uma elite largamente escravista e latifundiária, o que se expressava no monopólio do exercício da política. Nesses termos, temia-se que um ataque aos portugueses – muitos deles brancos e proprietários – pudesse dar vazão a uma revolução social mais ampla. “Se faltasse a tropa, era outro São Domingos!”, escreveu um proprietário diante de um dos primeiros episódios, ainda em 1822, em que os nascidos na Bahia – muitos deles negros e mestiços – confrontaram fisicamente uma procissão formada por nascidos em Portugal.³ Nove anos depois, o fantasma da rebeldia popular contra os portugueses deixava a elite baiana em alerta.

Assim, os primeiros anos do Império foram de difícil negociação política, em que se buscava acomodar a manutenção da ordem com uma onda de rebeldias, motins e levantes que deixaram a Bahia em sobressalto por mais de uma década.

Para entender os episódios de rebeldia nas vilas do interior da Bahia naquele abril de 1831, é necessária a contextualização do panorama político baiano a partir da compreensão do antilusitanismo como uma forte presença no imaginário da época. A seguir, veremos como as pressões exercidas nas ruas e praças nesses episódios envolveram as câmaras das vilas em questão – Santo Amaro, Cachoeira e Maragogipe, no recôncavo, e Caetité, no sertão de cima – percebendo as formas como as autoridades tentaram contornar a crise política de modo a impedir que os movimentos antilusitanos se transformassem numa contestação mais radical da ordem social.

Trajectoria do Antilusitanismo na Bahia do Primeiro Reinado

De porção do Reino Unido a Portugal, Brasil e Algarves a parte do Império do Brasil: a Bahia realizou esta passagem através de uma guerra. A partir do movimento liberal e constitucional que teve início no final de 1820, na cidade do Porto, portugueses da Europa e da América iriam, dentro de alguns meses, separar-se de forma definitiva por conta de projetos políticos irreconciliáveis que se bateram nas Cortes Constitucionais reunidas em Lisboa. Na Bahia, essas divergências sobre o futuro do Reino Unido evoluíram para um conflito armado que mobilizou dezenas de milhares de soldados e impactou na vida de toda a província.

Enquanto duraram os episódios militares que contrapuseram portugueses e brasileiros, a Cidade da Bahia ainda era considerada uma capital portuguesa, cujo governante, o General Inácio Luiz Madeira de Melo, reconhecia apenas Lisboa como centro de poder da nação portuguesa. Há alguns quilômetros dali, na Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, formou-se um Conselho Interino de Governo, o qual, recusando-se a aceitar o governo do General Madeira e alinhando-se politicamente ao Rio de Janeiro, passou a constituir-se numa capital brasileira da Bahia, gerindo todo o restante do território baiano e dirigindo a guerra contra as tropas portuguesas.⁴

De Cachoeira, organizou-se um exército, formado inicialmente por soldados e oficiais que evadiram da capital depois dos episódios de fevereiro de 1822,⁵ além de voluntários que se alistaram para a guerra contra os portugueses. Essas tropas montaram cerco à Cidade da Bahia, estabelecendo bases de operação nos arredores da urbe e impedindo o seu contato com o interior da província por terra. Em outubro de 1822, o General Pedro Labatut, contratado por Dom Pedro para auxiliar os baianos contra as tropas fiéis a Lisboa, reuniu-se a estes, trazendo reforços de diversas províncias e selando o cerco aos portugueses.⁶

As tentativas portuguesas de furar o cerco a que estavam submetidos foram frustradas decisivamente nas batalhas de Pirajá e de Itaparica, no verão de 1822-1823.⁷ Em maio de 1823, o Almirante Lord Cochrane estabeleceu o cerco por mar, quebrando o contato que a cidade ainda mantinha com a Europa e, por consequência, impedindo o acesso aos mantimentos de lá oriundos.

A impossibilidade absoluta de abastecimento forçou a retirada definitiva das forças militares portuguesas da Bahia a 2 de julho daquele ano. Junto com as tropas do General Madeira, muitos civis seguiram para Portugal, temendo algum tipo de desforra por parte dos brasileiros. Ocupando cerca de uma centena de navios, o número de portugueses embarcados foi, possivelmente, maior que o montante que compôs a comitiva que saiu de Lisboa com Dom João em novembro de 1807, quando a sede do Império Português transferiu-se com todo seu aparato burocrático para a América.⁸

Decidida a guerra, consolidou-se a integração da Cidade da Bahia ao Império do Brasil, e a primeira capital portuguesa na América voltava, assim, a ser o centro político da província da Bahia, agora sob o Império do Brasil. A independência estava selada na Bahia. No entanto, as disputas com os portugueses que continuaram a viver na província permaneceram, ora latentes, ora expressas em movimentos rebeldes como os mata-marotos.

A guerra de independência na Bahia foi, além de uma guerra anticolonial, uma guerra travada em termos nacionais. Antes dela, eram todos pertencentes a uma mesma nação, a portuguesa, súditos de um mesmo rei e membros do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Foi no contexto da crise política da revolução liberal portuguesa que a solução de ruptura entre as porções americana e europeia do Reino Unido possibilitou a reconfiguração das identidades políticas, levando à formação de uma comunidade imaginada e o decorrente surgimento da identidade nacional brasileira.⁹

No caso da Bahia, esta reconfiguração identitária de caráter nacional foi precipitada pela guerra. As lideranças do movimento – autoridades e grandes proprietários de terras e escravos – construíram um discurso patriótico de ruptura com a antiga identidade portuguesa. No entanto, esse discurso foi, com frequência, interpretado de forma radicalizada por setores populares, que o faziam a partir da sua própria vivência social. Assim, um patriotismo popular constituiu num importante elemento de tensão durante todo o período do Primeiro Reinado, tendo como alvo os portugueses que permaneceram na Bahia. Esse patriotismo, que esticava temporalmente o aspecto antilusitano para o período pós-guerra, era visto pelas autoridades baianas e pelos grandes proprietários de terras e escravos como um risco real de ruptura social.¹⁰

O antilusitanismo foi um aspecto fundamental da política na província da Bahia durante as décadas que sucederam a independência. Consistia, grosso modo, num conjunto de posturas políticas que tinham como alvo os portugueses que viviam na Bahia. Os portugueses eram acusados de ocupar espaços que seriam de direito dos nascidos na terra. Muitos, de fato, migravam pobres e ascendiam socialmente mais rápido e com maior frequência que os nativos. Desde os tempos coloniais, o comércio era uma ocupação comum entre os nascidos na porção europeia do Reino Unido. Além disso, muitos cargos públicos da administração colonial eram ocupados por reinóis.

Com a independência, esse desconforto – alguns nascidos em Portugal continuaram a ocupar cargos públicos e a migrar pobres pra Bahia e ascender socialmente no ramo do comércio – passou a ter um grande reforço legitimador: as diferenças nacionais. Os portugueses teriam lutado contra a liberdade dos brasileiros e eram vistos como obstáculos a suas chances de ascender socialmente, apesar da independência. Autores como Marcus Carvalho, para Pernambuco, e Gladys Ribeiro, para o Rio de Janeiro, compreendem o antilusitanismo como uma expressão de conflitos relacionados às diferenças de classe, raciais e até políticas, além da diferença de nascimento. Reconhecem, ainda, que as disputas por

empregos deixavam estas rixas mais à mostra.¹¹ É possível identificar esses termos na Bahia.¹²

A face mais extrema desse antilusitanismo ganhou o nome de mata-maroto, como já foi dito. O mata-maroto pode ser definido como uma expressão radical e violenta que os homens livres pobres, libertos, pequenos proprietários e, eventualmente, escravos protagonizaram ao interpretar a realidade social e política a partir do ideário antilusitano.¹³ Ajuntamentos, gritos de “morra o maroto”, ameaças, invasões, saques, apedrejamentos, espancamentos e assassinatos compunham o repertório do mata-marotos, quase sempre realizados em grupos grandes o suficientes para garantir, além do intento, o anonimato.

Em pelo menos duas oportunidades, as tensões latentes envolvendo brasileiros e portugueses chegaram às vias de revolta generalizada envolvendo os episódios de mata-maroto. Uma, em dezembro de 1823, a segunda, em abril de 1831. No primeiro momento, a chegada das notícias sobre o fechamento da Assembléia Constituinte por Dom Pedro I criaram um grande alvoroço na capital baiana. Isso apesar da intervenção dos irmãos Miguel e Antonio Calmon du Pin Almeida – ambos deputados recém chegados do Rio de Janeiro pela interrupção de sua jornada constituinte – que tentaram garantir a ordem pela afirmação de que, não obstante o fechamento da Assembleia, o Imperador iria criar uma constituição liberal. Isso não foi suficiente para acalmar os ânimos e a plebe reuniu-se em grande número, aos gritos de “morte ao maroto”, nos arredores da câmara. Uma ata foi lavrada, acompanhada de uma lista de portugueses que deveriam ser expulsos da Bahia.¹⁴

Sabe-se pouco a respeito da reverberação dos episódios da Cidade da Bahia em dezembro de 1823 nas vilas do interior da província. Mas é possível conhecer os efeitos da crise de 1831 em algumas vilas baianas. Antes, no entanto, é importante acompanhar os fatos ocorridos na capital baiana nos primeiros dias de abril de 1831.

Ao que tudo indica, a crise antilusitana de abril de 1831 eclodiu na Cidade da Bahia a partir da chegada das notícias do que ficou conhecido na historiografia brasileira como “Noite das Garrafadas”, que teve o Imperador como pivô, no Rio de Janeiro, em meados de março de 1831. Na ocasião, ocorreram diversos episódios de violência na capital do Império entre grupos de portugueses e brasileiros, tendo como ápice os dias 13 e 15 do dito mês.¹⁵ Esta crise não se esgotou nesses dias – na verdade, já vinha se arrastando há alguns meses – e acabou culminando com a abdicação do Imperador Dom Pedro I, a 7 de abril daquele ano. Os episódios de rua contaram com portugueses armados, em favor do monarca, enquanto o lado hostil ao Imperador era formado de “homens de pés no chão, de negros, de pardos vestidos de

jaqueta e armados de paus e alguns brancos, que acenavam com chapéu ornado com o laço nacional”.¹⁶

O clima na Cidade da Bahia ia esquentando à medida em que as notícias iam chegando, com a diferença de alguns dias, pelos navios que partiam da capital imperial em direção às províncias do norte. A inquietação não tardaria a se transformar num evento de maiores proporções.

No dia 4 de abril de 1831, a capital baiana se viu diante de um levante militar com grande apoio e participação popular. Em quartéis e fortificações pela cidade, tropas se aquartelaram e boatos de tiros correram as ruas, chegando aos ouvidos do Presidente da Província, Luis Paulo de Araújo Bastos. Apareceram ajuntamentos por toda a cidade, sendo o mais expressivo no forte do Barbalho, situado a cerca de dois quilômetros do Palácio do Governo. Calculou-se este grupo em cerca de 3.000 a 4.000 pessoas, número que pode ter chegado a mais de 10.000, na avaliação de um periódico baiano, com o afluxo de militares e paisanos ao campo daquela fortaleza nos dias seguintes.¹⁷ O governo da província, reunido com outras autoridades, expediu correspondências aos comandantes militares pedindo maiores informações sobre os fatos. Criou, ainda, uma comissão para encontrar os rebeldes do Barbalho e saber de suas reivindicações.

A deputação recebeu dos insurgentes um manifesto no qual explicavam que aquele movimento se devia ao fato de que “violentas transgressões da Constituição se tem praticado nesta Província”, dentre as quais, destacava-se a prisão de dois militares brasileiros. O manifesto fazia referência a uma “facção Lusitana recolonizadora”, a qual estaria atuando no Rio de Janeiro, com apoiadores na Bahia. Em seguida, apresentava sete reivindicações, dentre elas, a demissão e expulsão do Governador das Armas da Província, o Marechal João Crisóstomo Calado¹⁸, e do Comandante da Polícia, Manoel Joaquim Pinto Paca. Consideravam-nos parte da facção portuguesa. Os rebeldes exigiam, ainda, que os substitutos dos comandantes, assim como quaisquer ocupantes de outros cargos públicos, fossem brasileiros.

O tema da exclusividade dos empregos para brasileiros apareceu novamente num documento produzido pelos rebeldes no dia seguinte e enviado ao Governo da Província. No novo texto, exigiam que as autoridades tivessem especial atenção aos “inúmeros Portugueses que, sendo Estrangeiros pela Lei, ocupam Cargos e Empregos com geral desgosto e desconfiança dos Brasileiros Baianos, e cuja continuação em tais Empregos não podem deixar de alimentar bem fundados descontentamentos”. Com essa reivindicação, os rebeldes de abril

de 1831 repetiam pleito presente desde a guerra de independência e reafirmado na crise antilusitana de dezembro de 1823.¹⁹

Calado e Pinto Paca foram demitidos e embarcaram para retirar-se para o Rio de Janeiro. Como esses e outros pontos de exigência demoraram mais do que a urgência dos rebeldes julgava razoável, estabeleceu-se um cabo de guerra entre eles o governo da província, o que custou a posição do próprio Presidente Bastos, que renunciou, coincidentemente, no mesmo dia em que Dom Pedro I abdicava ao trono na capital do Império, 7 de abril de 1831. Os novos ocupantes dos principais cargos da província – João Gonçalves Cezimbra na Presidência e o Visconde de Pirajá no Governo das Armas – trataram de contornar o movimento até dispersá-lo completamente no dias seguintes. Os rebeldes depuseram armas e dirigiram-se à Cidade, onde foram recebidos numa espécie de desfile de Dois de Julho antecipado.²⁰ Eis o que nos informa o *Escudo da Constituição Brasileira*: “e que brilhante quadro não apresentavam as janelas cobertas de Patrícias Brasileiras, que como no memorado dia Dois de Julho, acenavam com seus alvos lenços e davam repetidos vivas a Tropa e Povo Baiano.”²¹

A imprensa da capital baiana ecoou os acontecimentos de abril de 1831 com vigor. Além de transcrição de atas, documentos, manifestos, os periódicos geralmente se posicionaram em favor dos rebeldes e sua pauta, dando destaque ao caráter antilusitano do movimento. Como exemplo, *O Bahiano*, em sua edição do dia 12, trazia à baila a questão da ocupação de empregos por parte de portugueses que continuavam a migrar para o Brasil, como faziam desde os tempos de colônia:

Uma essencialíssima medida de tranquilidade, e sumo interesse da Província deve ser, sem duvida, a saída para fora dela d'esses inumerosos portugueses que aqui se acham, e que chegam todos os dias, para se *arrumarem*, como lá dizem em ocupações, que deviam ter os Brasileiros. Mui pouco, ou nada somos em Economia política, mas salta aos olhos da razão que é extremamente prejudicial estejam todos os lugares de caixeiros, de todo o gênero, ocupados somente por esses lotes de besuntões *galeguilos*, que no fim de alguns anos estão fazendo barreira aos naturais, e donos do País. Não se vê que esses antagonistas do Brasil fazem uma barreira insuportável ao progresso da riqueza, e especulações dos Brasileiros? Até quando, (meu Deus;) estará todo o comércio em poder exclusivamente [dos] Portugueses!²²

Fosse em cargos públicos, fosse nos postos de trabalho no comércio, os portugueses eram vistos como um grande entrave para a ascensão dos brasileiros, mas, também, como impeditivos para a realização da liberdade plena do próprio país. Segundo essa linha interpretativa, não haveria soberania enquanto portugueses ocupassem cargos de mando em prol de interesses próprios. Daí, a retomada, em 1831, das pautas antilusitanas construídas no

calor da Guerra de Independência e reafirmadas logo após o seu término, no mata-maroto de dezembro de 1823.

Apesar do grande ajuntamento do Barbalho ter sido considerado como “ordeiro” e as negociações dos rebeldes com as autoridades não terem chegado às vias de fato, isso não impediu que atos violentos fossem perpetrados por brasileiros contra portugueses por toda a Cidade da Bahia. João Pereira Leite, então Cônsul de Portugal na Bahia, narrou, horrorizado, uma série de ataques a portugueses durante os dias do levante e seguintes. A cena que pintou aos seus superiores foi uma cena de terror:

o grito que [...] que retumbou por toda a Cidade e seus subúrbios foi de “Mata Marotos” seguindo-se a este grito espantador que, aos Portugueses que por acaso chegavam às suas janelas ou portas, aos que ainda ignotos transitavam pelas ruas ou procuravam as praias para se embarcarem, fazia-se lhes fogo como a Lobos carniceros.²³

Os periódicos portugueses também deram publicidade aos acontecimentos de abril de 1831. O *Correio do Porto* publicou notícias chegadas da Bahia sobre os fatídicos dias em que a cidade esteve tomada pelo mata-maroto. Segundo o que conseguiram apurar, entre cartas, documentos e depoimentos de passageiros recém chegados, o que houve a partir do dia 4 de abril foi:

uma carnagem nos desprevenidos Europeus, às vozes de *mata, mata*, sendo mortos cento e tantos pelos tiros que davam continuamente, os quais puderam encontrar pelas ruas e janelas. Grande número de Europeus se retirou para o mar, e acolheu às Embarcações, escondendo-se outros nas Casas; porém em grande risco, pelo roubo que nelas se seguiu, durando 6 dias este primeiro ataque.²⁴

Foi neste clima de ebulição que a Bahia recebeu as notícias da abdicação do Imperador. Alguns portugueses foram destituídos, outros foram expulsos, outros tais puseram-se em fuga pelo medo dos saques, ataques e mortes. O antilusitanismo ainda habitaria a cena política baiana por mais de uma década.²⁵ No entanto, os episódios de mata-maroto não se repetiriam na escala em que se viu naquele abril de 1831. A Cidade da Bahia e sua província viveriam outras crises, uma parte significativa sob a bandeira do federalismo, o qual incorporou elementos da luta contra os portugueses nas suas pautas.²⁶

Vejamos, adiante, os desdobramentos da crise antilusitana de 1831 em quatro vilas baianas onde os levantes antilusitanos se destacaram.

Manifestações do Povo e Reações das Câmaras

Os episódios de rebeldia antilusitana nas vilas baianas foram disparados pelas notícias do levante na capital da província. Daí a distância temporal entre o ápice dos acontecimentos de cada uma delas: no recôncavo, poucos dias, em Caetité, semanas. No entanto, pode-se identificar alguns pontos em comum entre os acontecimentos nas quatro vilas aqui analisadas. Inicialmente, é interessante notar que o ataque a portugueses em abril de 1831 repetia a fórmula vigente desde os tempos da Independência, tanto quanto o levante da capital: ajuntamentos, gritos de “morra o maroto” e atos de violência direta. O seu alvo principal era, na grande maioria das vezes, os portugueses solteiros e sem bens de raiz que deveriam ser presos, proibidos de assumir cargos públicos e mesmo expulsos da província.

É significativo que esses movimentos, uma vez que tomaram forma de levantes populares, rumaram para as câmaras e passaram a exigir que as autoridades locais assumissem as suas pautas ou dessem um verniz de legalidade ao que já consideravam legítimo. Muitas câmaras lavraram atas e algumas produziram ou reconheceram listas de portugueses que deveriam ser presos, depostos e ou expulsos. Cederam em muitos dos seus atributos, ao tempo em que mantiveram sua centralidade na vida política local.

Vejamos, inicialmente, o caso de Santo Amaro, acompanhando os eventos a partir dos fatos registrados nas atas da câmara da dita vila e por uma narrativa sob o título de “Memória”, escrita pelo próprio presidente da câmara, João Lourenço de Ataíde Seixas.²⁷ A Vila de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro era, a esse tempo, uma importante vila, responsável por considerável produção açucareira nos engenhos ao seu redor. Durante o processo de independência, destacou-se por ser a primeira vila em que se proclamou, a 14 de junho de 1822, o ainda Príncipe Dom Pedro como Defensor Perpétuo do Brasil. A proclamação não falava em ruptura com Portugal, mas, naquele contexto, representava uma afronta ao governo da província e às Cortes de Lisboa. A ousadia dos santoamarenses lhes custou dias de terror impostos por tropas portuguesas enviadas pelo General Madeira.²⁸

João Seixas foi, na ocasião, um dos assinantes da ata de 14 de junho e, por isso, requereu e logrou a honraria da Ordem da Cruz de Cristo, concedida por Dom Pedro I aos beneméritos da Independência. Em 1831, Seixas ocupava novamente uma cadeira na câmara municipal de Santo Amaro, desta vez, a de presidente. Foi nessa condição que ele foi procurado, em seu escritório, no dia 6 de abril, por três homens que pretendiam que a câmara fosse convocada para que se lesse e aprovasse uma petição que já havia sido produzida por eles.

Durante o encontro, houve um tenso diálogo sobre as prerrogativas e possibilidades de se convocar a câmara extraordinariamente para apreciação do clamor popular. Nesse debate, o povo apareceu como argumento na retórica dos rebeldes. Um dos líderes do movimento respondeu à negativa de Seixas com a máxima de que a lei era a “vontade do Povo”, ao que o presidente da câmara retrucou: o Povo a que devia obediência não era aquele, reunido na praça de Santo Amaro, mas o “povo do Império” e este tinha seus representantes.

Seixas tentou o quanto pôde, mas, não conseguiu se esquivar de convocar a câmara. Prometeu fazê-lo para mais tarde, diante do depoimento de outro membro da câmara, que afirmou ser delicada a situação da vila, com estabelecimentos fechados e homens armados por toda ela. Às quatro da tarde, Seixas deparou-se com uma grande quantidade de gente – que ele classificou de “Povo de toda qualidade” – a qual, além das ruas, ocupara, também, o próprio prédio municipal e sua sala das seções. Constrangido, deu início à seção. Tentou um dispositivo do regimento da casa para não dar continuidade àquela reunião. O que Seixas pretendia era que o requerimento que fora produzido pelos rebeldes não fosse nem mesmo lido, alegando que ele não conhecia o seu conteúdo.

No entanto, a população presente pressionou pela formação de um conselho presidido por ele, Seixas, para gerir a crise. Em sua “Memória”, registrou: “escusei-me o quanto pude, mas, afinal, cedi, coato e sem liberdade”. A partir dali, duas lideranças passaram a protagonizar discursos contra os portugueses, fortemente aplaudidos pelos presentes na sala. Segundo Seixas, “tudo quanto os dois diziam, o Povo gritava: ‘apoiado’ sem saberem o que, [pois] muitos não ouviam”.²⁹

Um ponto em especial levou a reunião a um impasse: a demissão do comandante do Batalhão 117, o Tenente Coronel Manoel Antonio da Silva, que era português de nascimento. Comunicado de sua demissão em plena seção conturbada, na noite do dia 6 de abril, Silva respondeu que não reconhecia ali, naquela reunião, autoridade para retirar-lhe o comando do dito batalhão. Houve grande tensão e o Tenente Coronel conseguiu retirar-se da sala, indo reunir-se à sua tropa, postada no adro da igreja matriz. De lá, marchou à frente dos seus comandados, atravessando a praça que separa a igreja do prédio da Câmara, dando lugar a um esvaziamento da reunião. No entanto, ao final da manobra, Silva acabou hostilizado por populares e mesmo integrantes do seu comando. Aos gritos de “maroto”, o comandante perdeu o controle da situação e acabou precisando ser escoltado à sua casa por oficiais.

O Tenente Coronel Silva retirou-se da vila antes que sua prisão fosse efetivada. Mas o sossego não voltou a Santo Amaro. No dia 17 de abril, mais uma vez, a vila encontrava-se em

desordem, como já vimos na descrição feita por Seixas. Arrombamentos, saques, espancamentos, gritaria, tiros... tudo realizado por uma “canalha armada, misturada com soldados” a que acompanhavam “negraria e até escravos”.

Ao anoitecer, os rebeldes já ocupavam a câmara e “tomaram assento nas Cadeiras” dos vereadores. Ali, passaram a produzir uma lista com nomes de Portugueses que deviam ser expulsos da vila e da província. Segundo Seixas, a lista foi feita a partir de sentimentos de revanche:

Gritava o filho de José Joaquim do Coité, Luis Carlos Coelho de Macedo: “há de sair o maroto Manoel Álvares porque me mandava citar por 80\$ rs.” Gritava o soldado Manoel da Assunção: “há de sair também o maroto ‘F’ porque me não quis fiar uma pouca de fazenda”, e assim ditaram a lista que escreveu João Carvalho.

Em sua Memória, Seixas registrou o espanto que teve em ver o protagonismo de pessoas comuns e a sua própria impotência diante da sanha antilusitana. Um episódio havido no dia 17, em especial, revela este quadro. Naquela noite, ao adentrar a sala das seções da câmara, surpreendeu-se com as pessoas que, nas cadeiras dos vereadores, debatiam os destinos dos portugueses da vila. Dirigiu-se, então, a um escravo que ocupava uma das cadeiras, perguntando quem ele era: “respondeu-me que era um cidadão como eu, e mostrou-me uma faca de ponta batendo com ela sobre a mesa”. A cena em si e o espanto de Seixas denotam a quebra da ordem paternalista que se encontrava em suspenso enquanto durasse o levante.

Diferente de Santo Amaro, no caso da vila da Cachoeira, a câmara não precisou ser convocada extraordinariamente, posto que já se encontrava em seção quando um ajuntamento, contando com a presença de gente armada, reuniu-se na praça defronte ao prédio municipal. É bem provável que esta coincidência não tenha sido obra do acaso, mas uma oportunidade aproveitada pelos moradores da vila de ocupar o principal espaço político local, que estava em pleno funcionamento.

Pegos de surpresa, os vereadores cachoeiranos procuraram saber do que se tratava. Então, três homens subiram à sala das seções e leram uma representação. Em síntese, pediam a demissão dos comandantes dos batalhões de nº 42 e nº 113, respectivamente, o Coronel José Joaquim de M. e Arnizáu e o Tenente Coronel Inácio Joaquim Pitombo. Além disso, responsabilizava a municipalidade por qualquer reação advinda da não demissão desses ou “de outros quaisquer, que sejam Portugueses, inimigos do nosso atual Sistema”.³⁰

Como os comandantes aceitaram a demissão, a reunião seguiu em relativa tranquilidade, quando houve um tiroteio no qual um dos soldados do batalhão nº 113 foi atingido. A vila passou, então, por momentos de tensão, levando as autoridades a apressarem a retirada dos ditos comandantes para a capital. Nos dias seguintes, a questão dos portugueses foi a pauta na vila. A 12 de abril, a câmara de Cachoeira endereçava correspondência ao governo da província, com o seguinte pleito:

que não sejam mais empregados em Comando algum nesta Vila os dois Comandantes demitidos, por serem aversos ao Sistema Constitucional, e decididamente malvados, assim como, que se não empreguem em nenhum dos Corpos desta Villa, ou outro algum emprego Publico, [qualquer] Português. Que sejam expelidos desta Vila os [portugueses] que não forem Proprietários e Pais de famílias, e ainda estes quando forem reconhecidamente inimigos do sistema adotado.³¹

No dia 15, novo ajuntamento de populares armados exigia a deportação de portugueses solteiros, sem bens ou “inimigos do sistema adotado e jurado”. Ao que parece, a partir daí, alguns portugueses residentes na vila começaram a ser levados presos para a Câmara, que precisou decidir como proceder com tal situação. Um conselho foi formado para administrar a crise, mas o seu principal objeto acabou sendo “julgar a conduta dos Europeus”. A comissão, formada no dia 18 de abril, iniciou seus trabalhos já no dia 19. Algum tempo depois, enviou ao Conselho Geral da Província uma lista de portugueses que estavam presos na sala livre da Câmara. Eram 16 ao todo. Segundo eles, “a opinião pública se declarava contra eles pelo fato de serem geralmente reputados inimigos dos Brasileiros”.³²

Na vila de São Bartolomeu de Maragogipe, situada um pouco mais ao sul do recôncavo, a chegada das notícias sobre os “desastrosos acontecimentos que tiveram lugar na Corte do Império no mês de Março” gerou grande descontentamento entre o povo, o qual “se amotinou e, reunido em massa, se dirigiu à aposentadoria [residência] do Doutor Juiz de Fora desta Vila, clamando por providências contra todos os Portugueses” ali residentes.³³ Diferente do desenrolar dos fatos em Santo Amaro e Cachoeira, em Maragogipe, foi o próprio Juiz José Gonçalves Martins que, fazendo as vezes de intermediário, acionou a câmara local, oficiando ao seu presidente, Bento José de Souza. Na correspondência, dizia temer “alguma perturbação no sossego e tranquilidade pública sem a intervenção das Autoridades desta Vila”. Seguindo a sugestão do Doutor Martins, Souza reuniu os vereadores em seção extraordinária na tarde do mesmo dia 9, demonstrando ter sido convencido da urgência dos fatos.³⁴

Durante a seção, muitas autoridades foram acusadas de inimizade à Causa brasileira por serem portugueses de nascimento. Por isso, pediam a demissão de tais juízes e comandantes. A câmara de Maragogipe acatou as reivindicações. No entanto, o povo permaneceu “firme e reunido”, forçando os edis a reabrir a seção e incluir um “adendo” à ata já lavrada. Neste adendo, exigiam a expulsão de “todos os Portugueses para aqui vindos imigrados de outras partes como inimigos do Sistema Nacional Brasileiro desde o tempo da revolução da Independência principiada em 1822”.³⁵

Nos sertões da Bahia, na Vila Nova do Príncipe e Santana do Caetité, localizada a 105 léguas da capital da província, as notícias dos acontecimentos na capital do Império chegaram pela boca de dois soldados em finais de abril. Isso “causou grande alvoroço, ou espécie de revolução popular, quase a ponto de não quererem reconhecer Autoridade alguma, e pretendendo fazer guerra viva aos Portugueses aqui existentes”.³⁶ Entre 24 de abril e 13 de maio, a câmara de Caetité realizou uma série de reuniões na tentativa de contornar a situação, buscando manter a ordem e o sossego na vila. Emitiu-se uma série de proclamações exortando a boa índole dos brasileiros e os laços de união com os portugueses.

Decidiu-se, inicialmente, pela recolha de armas e munições das casas dos portugueses, o que parece ter surtido efeito. Entretanto, com o acirramento dos ânimos, alguns dias depois, a câmara local tornava a reunir-se e, desta vez, optou-se pela prisão dos portugueses. A ata de 4 de maio se refere a uma “carnificina” ocorrida no dia anterior, mas não dá detalhes sobre o que, de fato, ocorreu – possivelmente, um mata-maroto. A 13 de maio, a câmara de Caetité enviou uma lista ao governo da província com os nomes de 37 portugueses que ali se encontravam presos.

De uma maneira ou de outra, as câmaras de Santo Amaro, Cachoeira, Maragogipe e Caetité se viram arrastadas para o centro dos conflitos antilusitanos na Bahia de 1831. A seguir, analisaremos algumas das características dos movimentos rebeldes, em sua relação com as câmaras aqui abordadas.

Um olhar sobre o papel das câmaras na crise de 1831

Nos primeiros anos do Império Brasileiro, as Câmaras ainda eram os espaços políticos centrais da vida cotidiana nas vilas. Para Avanete Pereira Sousa, estas instituições exerceram, nos primeiros séculos de nossa história, o papel de “únicos organismos responsáveis pelo funcionamento administrativo das cidades e vilas do Império português mantendo, por conta

disso, uma relação permanente de diretividade, mediação e troca com instâncias superiores do Estado e com a população local”.³⁷

No processo de Independência, capítulos importantes da ruptura com Portugal foram protagonizados nas câmaras das vilas e das cidades de norte a sul do Brasil. Segundo Kátia Mattoso, “as municipalidades assumiram a direção dos negócios políticos e desempenharam o papel de verdadeiros representante da nação, ajudando Dom Pedro a proclamar a Independência e legitimando o novo regime”.³⁸ Na Bahia, como vimos, foram as câmaras municipais que tomaram a dianteira do processo político ao aclamar o ainda príncipe regente Dom Pedro como Defensor Perpétuo do Brasil, destacando-se as vilas de Santo Amaro, Cachoeira, Maragogipe e São Francisco do Conde, tendo em vista a tentativa frustrada de aclamação na câmara da Cidade da Bahia.³⁹

Mesmo diante da diminuição de suas atribuições em detrimento das Assembleias Provinciais a partir da lei de 1828, a vida política local continuou a pulsar nas câmaras.⁴⁰ Havia uma longa tradição envolvendo a instituição. Para Iara Lis Carvalho Souza, desde os tempos coloniais, as câmaras municipais exerciam o papel de “mediadoras entre a localidade e o monarca, comunicando-se por meio de petições e representações, dirigidas ao rei [...]. Nas petições, até mesmo o protesto podia ser apresentado ao rei; havia autorização para tanto, sem que isso caracterizasse rebeldia”.⁴¹

A reboque dos ânimos populares, foi justamente nesses espaços do poder local das vilas baianas que ocorreram os grandes debates sobre os destinos dos portugueses em abril de 1831. Nas ruas, desenrolavam-se saques, invasões, ataques, prisões. No entanto, paradoxalmente, a desordem das ruas não se insurgia contra as câmaras, ao contrário, confluíram para elas, reconhecendo aquele espaço como principal arena do drama social que protagonizavam.⁴²

Esse desejo de encarnar a legitimidade de seus pleitos era de tal forma que, no caso da vila de Santo Amaro, o presidente Seixas foi, segundo sua própria versão, obrigado a presenciar as seções e mesmo assinar a ata, tal qual seus colegas edis, mesmo depois de demonstrar, reiteradas vezes, desacordo com a quebra dos protocolos institucionais. Em Cachoeira, o presidente da casa, Teodoro Praxedes Fróes, não só presidiu a seção do dia 18 de abril, como foi o mais votado para compor a comissão criada para julgar “a conduta dos Europeus residentes” na vila. Pelo número de votos que recebeu – 60 –, percebe-se que participaram da eleição dezenas de pessoas, e não apenas os membros da câmara.⁴³

É significativo que, em todas as quatro vilas aqui analisadas, os rebeldes não tenham nem mesmo sugerido a deposição dos vereadores, não obstante, o tenham feito para juízes, comandantes militares e outros ocupantes de cargos públicos que fossem identificados como portugueses. A rigor, as autoridades locais exerceram papéis centrais no teatro rebelde. Em Cachoeira, a vontade do povo encontrou o espaço político para dar vazão a seus anseios numa câmara em pleno funcionamento. A seção não foi encerrada, nem suspensa: ganhou uma nova pauta, que vinha a ser aquela que expressava a vontade direta do povo da vila.

Ao tratar dos movimentos antilusitanos de abril de 1831, estamos falando de movimentos armados. Em parte, pelo fato de que uma parcela significativa dos rebeldes era de soldados ou militares de alguma patente. Mas “até escravos”, como se referiu presidente Seixas, viam-se legitimados a exibir desinibidamente suas facas dentro da sala das seções, como fez o negro Inácio, autodeclarando-se “cidadão”, como acreditava ser qualquer um naquela sala. As armas, brancas ou de fogo, não ameaçavam diretamente a vida das autoridades, mas buscava direcionar a sua ação e, ao mesmo tempo, garantir a chancela dos atos rebeldes com protocolos oficiais da câmara.

Uma vez que as câmaras se tornaram caixas de ressonância das insatisfações populares, destaca-se o elemento de grande centralidade da crise de abril de 1831: o desarmamento, a prisão e a listagem dos portugueses para posterior expulsão da vila e da província.

No bojo desse debate, é interessante notar o argumento de que o desarmamento e a prisão dos portugueses seriam necessários para a própria segurança dos mesmos. Essa linha de raciocínio aparece mais de uma vez, quando analisamos as atas das vilas. Em Santo Amaro, o conselho instalado para deliberar sobre os portugueses afirmou que o desarmamento era “para segurança dos habitantes da Vila e mesmo dos Portugueses empregados militarmente”, apesar de concluir que “não convinha no Brasil Português algum armado”.⁴⁴ O conselho santoamarense deliberou, ainda, pela busca de armamentos que porventura houvesse nas casas dos portugueses da vila. Atitudes parecidas também foram tomadas em Caetité. Aí, apesar de alguns portugueses terem entregado suas armas e munições, expediu-se ordem para que se recolhesse esse tipo de material e, “sendo caso que algum Português não queira dar entrada franca em sua casa”, a consequência era a prisão “como suspeito à Causa do Brasil”.⁴⁵

No caso de Cachoeira, a comissão responsável pelo tema considerou que os portugueses, uma vez presos na cadeia da câmara, estariam “mais seguros que em suas casas,

onde poderiam ser insultados e seguirem-se motins populares”.⁴⁶ Na vila de Caetité, uma reunião decidiu “por em Custódia todos os Portugueses com guarda dos Cidadãos, a fim de evitar por este modo qualquer atentado”.⁴⁷

Quanto aos portugueses presos, é possível avaliar alguns dados que foi possível reunir a partir de informações presentes nas listas de presos de Cachoeira e Caetité, sendo 16 o total de portugueses nessa condição na primeira vila – que já havia remetido 42 portugueses presos para a capital – e 37 na segunda. Na antiga capital interina, registrou-se a idade, a ocupação e o tempo que os presos viviam na Bahia. Assim, a maioria dos 16 portugueses presos em Cachoeira era formada por homens solteiros e sem filhos que tinham menos de 30 anos, ocupavam-se de comércio e haviam migrado para a Bahia com menos de 20 anos.⁴⁸ Metade dos prisioneiros já moravam na Bahia há mais de 10 anos, ou seja, desde antes da Guerra de Independência.

O caso muda de figura quando analisamos os dados de Caetité. Nesta vila, apenas um sexto dos portugueses presos tinha menos de 30 anos, enquanto mais da metade passava dos 40. Quanto ao estado civil, a grande maioria entre os presos era de casados e não há muitos registros sobre a sua ocupação: sabemos apenas que quatro eram militares, um era negociante e um, padre.⁴⁹ Esses dados distanciam Caetité de um padrão, constante desde os tempos da Guerra, que via no português solteiro e sem bens imóveis ou capitais como principal alvo do antilusitanismo e candidatos prioritários a constar de suas listas para expulsão da província. A Câmara de Cachoeira identificou os “figadais inimigos” desta forma:

todos os Portugueses solteiros, tanto estrangeiros, como adotivos [naturalizados], incluído neste número os Padres, Frades, Cirurgiões, e Boticários, sejam mandados sair deste Município, a exceção dos que forem Proprietários, chefes de família, e que não tenham dado provas de desafetos à causa do Brasil e, ainda de entre estes, os Casados que estejam convencidos de maldades, segundo a Lei.⁵⁰

Essa disparidade entre o perfil dos presos em Caetité quando comparados a outras localidades indica a necessidade de maiores pesquisas sobre a dinâmica política local.

As reuniões nas câmaras durante a crise de abril de 1831 expuseram a fragilidade do equilíbrio entre a luta contra os portugueses e uma desordem social generalizada, na visão das autoridades locais, em que personagens menos favorecidos resolvessem protagonizar a política local. As autoridades temiam que a revolta contra os portugueses acabasse por gerar uma revolução capitaneada pelas classes populares, em sua grande maioria, gente negra e mestiça. Isso não era novidade, posto que esse medo atormentara as autoridades durante a Guerra de Independência.⁵¹

Nesse sentido, é bastante significativa a forma como, diante dos levantes contra os portugueses, as autoridades locais direcionam ações de reforço do aparato de vigilância à população escravizada. Boatos de revoltas escravas acabavam por suceder as revoltas de homens livres pobres.

Em Cachoeira, na seção do dia 18 de abril – a mesma que tratou dos portugueses presos –, foi proposto que “se tomassem medidas Policiais, não só para esta Vila, como para o Campo, visto que malvados a titulo de prenderem Portugueses sem ordem de Autoridade alguma têm invadido casas [no] silêncio da noite”. Logo em seguida, a situação da freguesia do Iguape, local de concentração de engenhos de açúcar, foi discutida. Segundo os presentes, a localidade não possuía força policial suficiente para conter uma rebelião escrava, caso viesse a ocorrer. Poucos dias depois, chegaram à vila da Cachoeira boatos de um levante escravo em um dos maiores engenhos da região.⁵²

No caso de Caetité, foram criadas duas companhias formadas por 120 soldados, temendo “ver este município metamorfizado num teatro de horrorosas cenas”. Esta ação era uma resposta, por um lado, ao boato de que havia na localidade de Carinhanha, distante cerca de 30 léguas dali, um grupo de “malvados portugueses” armados e supostamente dispostos a arremeter contra a vila; por outro, aos “rumores” de que havia inquietações entre os escravos ante à instabilidade política local. Para tanto, os caetiteenses realizaram uma subscrição para custear os soldos e solicitaram armas e munições ao governo provincial.⁵³

Conclusão

A crise de abril de 1831 foi, na Bahia, a última leva de revoltas antilusitanas e mata-marotos. Isso não quer dizer que o antilusitanismo tenha sumido do mapa político baiano, posto a sua condição de mover os ânimos das classes populares. As pautas de revoltas federalistas, por exemplo, sempre incluíam itens nesta direção e, mesmo depois da década de 1830, é possível encontrar reivindicações contra os portugueses.⁵⁴

Nas quatro vilas aqui analisadas, os movimentos rebeldes seguiram um mesmo roteiro: ajuntamentos armados produziram ações violentas nas ruas, dirigiram-se às câmaras, subverteram os protocolos de funcionamento e aprovaram medidas – notadamente, prisão e expulsão – contra os portugueses que habitavam as localidades. Assim, esses movimentos atingiam, ao mesmo tempo, o sossego público e a dinâmica cotidiana das vilas, como também a ordem social como um todo, tensionando as raízes do paternalismo aristocrático baiano.

Autoridades como o presidente da câmara de Santo Amaro se depararam com formas de uma política com a qual não estavam acostumados. A entrada de pessoas comuns, “até escravos”, nas salas de seções, as deliberações plenárias ampliadas, os debates regimentais sobre o funcionamento das câmaras e mesmo os debates sobre conceitos como “representação”, “cidadão” e “povo” foram assistidas com sensações de espanto e impotência pelos tradicionais ocupantes dos poderes locais. Esses atos de rebeldia dizem muito sobre qual o papel político das câmaras municipais em sua relação com as instâncias provinciais e o Império, mas, fundamentalmente, em sua relação com os habitantes das vilas nos primeiros anos após a Independência.

Notas

¹ APEB, Seção Colonial-Provincial. Maço 2852. Pra melhor fluidez da leitura, optei por atualizar a grafia das palavras, assim como a sua acentuação. A pontuação, assim como as maiúsculas e minúsculas foram mantidas, salvo quando isso fosse prejudicial para o bom entendimento dos trechos citados.

² APEB, Seção Colonial-Provincial. Maço 2852.

³ FRANÇA, 1980. p. 42; TAVARES, 2005. p. 74.

⁴ TAVARES, 2005. p. 117 e ss.

⁵ Em dezembro de 1821, as Cortes Constituintes nomearam novos governadores das armas para as províncias brasileiras, recaindo sobre o general Inácio Luís Madeira de Melo a incumbência de assumir este cargo na Bahia. A Carta Régia com a nomeação chegou à Bahia 15 de fevereiro de 1822. Houve desavenças entre o general e seus partidários e autoridades baianas preocupadas com um possível alinhamento de Madeira de Melo com Lisboa. Madeira respondeu ao vacilo impondo sua nomeação com os batalhões sob seu comando. Tropas ligadas ao Brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães trocaram tiros pelas ruas da cidade e se aquartelaram no Forte de São Pedro, oferecendo resistência até 21 de fevereiro, quando depuseram armas, tendo a maioria dos soldados evadido. Foi durante esses acontecimentos que soldados portugueses mataram a religiosa Joana Angélica, que tentava impedir que entrassem no convento da Lapa numa perseguição a soldados baianos. (TAVARES, 2005. p. 23-52)

⁶ Para Luis Henrique Dias Tavares, a chegada de Labatut e suas tropas configura uma mudança fundamental no caráter do conflito, que deixa de ser “baiano” e passa a ser “brasileiro”. (TAVARES, 2005. capítulos IV e V)

⁷ A Batalha de Pirajá foi travada a 8 de novembro de 1822. Nestes dias, tropas portuguesas atacaram posições brasileiras em três frentes, duas delas tendo como foco as posições brasileiras em Pirajá. A batalha durou o dia todo e acabou com uma retirada um tanto desordenada dos portugueses ao cair da tarde, selando a impossibilidade de acesso ao interior da província. (TAVARES, 2005. p. 160-166) Já a Batalha de Itaparica foi uma tentativa de desembarque português na maior ilha da Baía de Todos os Santos, a 7 de janeiro de 1823. A marinha portuguesa mobilizou dezenas de barcos que atacaram posições e fortificações, mas não conseguiram sucesso, impedidos pela reação das tropas brasileiras postadas na Ilha. (TAVARES, 2005. p. 180-182)

⁸ MALERBA, 2008; BARATA, 2009; TAVARES, 2005. p. 218; GUERRA FILHO, 2015. p. 255 e ss.

⁹ ANDERSON, 2008; JANCSÓ e PIMENTA, 2000; PIMENTA, 2006.

¹⁰ GUERRA FILHO, 2004; 2017.

¹¹ CARVALHO, 1993; RIBEIRO, 2002.

¹² GUERRA FILHO, 2015.

¹³ GUERRA FILHO, 2015. p. 20.

¹⁴ SILVA, 1933; GUERRA FILHO, 2015. p. 39-43.

¹⁵ Sobre a “Noite das Garrafadas”, cf. SOUZA, 1999 e RIBEIRO, 2002. Para uma narrativa dos acontecimentos de abril de 1831 na capital baiana e em algumas vilas do interior, ver: GUERRA FILHO, 2015. p. 182-210.

¹⁶ RIBEIRO, 2002. p. 15.

¹⁷ *Escudo da Constituição Brasileira*, 11/04/1831.

- ¹⁸ Calado voltaria à Bahia como chefe militar da expedição que derrotou a Sabinada, em 1837-1838.
- ¹⁹ GUERRA FILHO, 2015. p. 156-164.
- ²⁰ Sobre os desfiles de Dois de Julho no período imperial na Bahia, ver: KRAAY, 2000.
- ²¹ *Escudo da Constituição Brasileira*, 11/04/1831.
- ²² *O Bahiano*, 12/04/1831. Grifo no original.
- ²³ ANTT. MNE. Caixa 184.
- ²⁴ *Correio do Porto*, 16/06/1831.
- ²⁵ ARAÚJO, 2009.
- ²⁶ ARAS, 1995; GUERRA FILHO, 2015. p. 278.
- ²⁷ APEB. Seção Colonial-Provincial. Maço 2852.
- ²⁸ TAVARES, 2005. p. 93-96.
- ²⁹ APEB. Seção Colonial-Provincial. Maço 2852.
- ³⁰ APEB. Seção Colonial-Provincial. Maço 1269.
- ³¹ APEB. Seção Colonial-Provincial. Maço 1269.
- ³² APEB. Seção Colonial-Provincial. Maço 1269.
- ³³ APEB. Seção Colonial-Provincial. Maço 1349.
- ³⁴ APEB. Seção Colonial-Provincial. Maço 1349.
- ³⁵ APEB. Seção Colonial-Provincial. Maço 1349.
- ³⁶ APEB. Seção Colonial-Provincial. Maço 1274.
- ³⁷ SOUSA, 2012. p. 13.
- ³⁸ MATTOSO, 1992. p. 249.
- ³⁹ TAVARES, 2005. p. 90-105.
- ⁴⁰ HOLANDA, 2003. p. 29-32; MATTOSO, 1992. p. 249-251.
- ⁴¹ SOUZA, 1999. p. 144-145.
- ⁴² TURNER, 2008.
- ⁴³ APEB. Seção Colonial-Provincial. Maço 1269.
- ⁴⁴ APEB. Seção Colonial-Provincial. Maço 1425.
- ⁴⁵ APEB. Seção Colonial-Provincial. Maço 1274.
- ⁴⁶ APEB. Seção Colonial-Provincial. Maço 1269.
- ⁴⁷ APEB. Seção Colonial-Provincial. Maço 1274.
- ⁴⁸ APEB. Seção Colonial-Provincial. Maço 1269.
- ⁴⁹ APEB. Seção Colonial-Provincial. Maço 1274.
- ⁵⁰ APEB. Seção Colonial-Provincial, maço 1269.
- ⁵¹ REIS, 1989; GUERRA FILHO, 2004, 2015.
- ⁵² APEB. Seção Colonial-Provincial, maço 1269.
- ⁵³ APEB. Seção Colonial-Provincial, maço 1274.
- ⁵⁴ ARAS, 1995; ARAÚJO, 2009.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AMARAL, Braz do. **História da Independência na Bahia**. Salvador: Progresso, 1957.

ARAS, Lina Maria Brandão de. **A Santa Federação Imperial** (Tese de Doutorado em História Econômica). São Paulo: USP, 1995.

ARAÚJO, Dilton Oliveira de. **O Tutu da Bahia**. Salvador: Edufba, 2009.

BARATA, Carlos Eduardo Almeida. A Transmigração da Corte de D. João: Bahia e Rio de Janeiro (1807-1808) *in*: FLEXOR, Maria Helena Ochi. (org.) **Anais do Simpósio Internacional A Família Real na Bahia (1808-2008)**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Governo do Estado da Bahia; Fundação Pedro Calmon, 2009.

CARVALHO, Marcus J. M. de. O antilusitanismo e a questão social em Pernambuco, 1822-1848. *in*: PEREIRA, Miriam Halpern, BAGANHA, Maria Ioannis, SILVA, Maria Beatriz Nizza da, MARANHÃO, Maria José. (orgs.). **Emigração e imigração portuguesa: séculos XIX e XX**. 1 ed. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1993, v. 1, p. 145-160.

FRANÇA, Antônio d'Oliveira Pinto da (org.). **Cartas Baianas, 1821-1824**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

GUERRA FILHO, Sérgio A. D. **O Povo e a Guerra: Participação das Camadas Populares nas Lutas pela Independência do Brasil na Bahia**. (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA, 2004.

GUERRA FILHO, Sérgio A. D. **O Antilusitanismo na Bahia do Primeiro Reinado (1822-1831)** (Tese de Doutorado em História Social) Salvador: UFBA, 2015.

GUERRA FILHO, Sérgio A. D. Patriotismo na Guerra da Bahia: tensões e reconfigurações na ordem paternalista: (1822-1823). *In*: LEAL, Maria das Graças de Andrade e SOUSA, Avanete Pereira. **Capítulos de História da Bahia: Independência**. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia/Eduneb, 2017.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. A Herança Colonial – sua Desagregação *in*: _____. (dir.) **História Geral da Civilização Brasileira**. T. 2, v. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 13-47.

JANCSÓ, Istvan. & PIMENTA, João Paulo G. Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira) *in*: MOTA, Carlos Guilherme (org.) **Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000) Formação: Histórias**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

KRAAY, Hendrik. Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do Dois de Julho em Salvador no século XIX. **Afro-Ásia**, n° 23, 2000, pp. 49-87.

MALERBA, Jurandir. (org.) **A Independência Brasileira: Novas Dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MALERBA, Sobre o Tamanho da Comitiva. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 21, n° 1, p. 47-62, jan/jun 2008.

MATTOSO, Kátia M. de Q. **Bahia, Século XIX: Uma Província no Império**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.

PIMENTA, João Paulo Garrido. Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano. **almanack braziliense**, São Paulo: IEB/USP, n° 03, maio 2006.

PINHO, Wanderley. A Bahia, 1808-1856. *in* HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.) **História Geral da Civilização Brasileira**: t. II, v 2. São Paulo: Difel, 1972.

REIS, João J. O Jogo Duro do Dois de Julho: O “Partido Negro” na Independência da Bahia *in*: REIS, João José, SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A Liberdade em Construção: Identidade Nacional e Conflitos Antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002.

SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. **Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia**. (vols. III e IV) Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1933.

SOUSA, Avanete Pereira. **A Bahia no Século XVIII: poder político local e atividades econômicas**. São Paulo: Alameda, 2012.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. **Pátria Coroada: o Brasil como Corpo Político Autônomo (1780-1831)**. São Paulo: EdUNESP, 1999.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: EdUFBA, 2005.

TURNER, Victor. **Dramas, Campos e Metáforas: ação simbólica na sociedade humana**. Niterói: EdUFF, 2008.